



Estratégia
OAB

— **SIMULADO INÉDITO** —
PARA A
2^a FASE OAB

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXXI Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

Siga as nossas Redes Sociais
Estratégia OAB no YouTube
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase em do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você dar o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *Whatsapp* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

O Município Beta realizou certame licitatório na modalidade tomada de preços do tipo técnica e preço para a realização da construção de uma nova quadra de esportes localizada na zona rural no valor de R\$ 3,7 milhões (três milhões e setecentos mil reais), cujo prazo para o recebimento das propostas era de 25 (vinte e cinco) dias a contar do dia em que o edital foi elaborado pela comissão de licitação.

Como requisito para a habilitação técnica, o edital exigiu dos interessados a demonstração de experiência prévia com aluguel de carros, bem como filial instalada no município Beta há pelo menos 2 (dois) anos.

A empresa Alicerce S.A localizada no Município Delta - divisa com o Município Beta - impugnou o edital de licitação por entender ilegais as exigências contidas no edital e, após ver rejeitada sua impugnação pelo Secretário de Administração do Município Beta, reúne todos os documentos necessário para demonstrar os seus argumentos.

A empresa Alicerce S.A, então, 20 dias após a negativa, o procura para, na qualidade de advogado, ajuizar a medida adequada a impedir o prosseguimento da licitação, apontando as diversas ilegalidades no edital.

Diante disso, elabore a peça processual adequada, levando em consideração que a matéria não demanda qualquer dilação probatória e que seu cliente expressamente requereu a medida judicial cujo rito, em tese, seja o mais célere.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Leonard é um estudante de física da Universidade Federal Saber e pelo menos duas vezes por dia vai até o refeitório da universidade tomar um "cafezinho".

Devido a uma grande tempestade que ocorreu em maio de 2014, parte do teto de um dos corredores que levava até o refeitório desabou. Para consertar os estragos decorrentes da tempestade, a universidade realizou uma licitação e contratou a sociedade empresária Resolve S.A, especializada em reformas.

Durante a obra, o fluxo até o refeitório foi alterado, tendo sido criado um novo corredor de passagem a fim de garantir a segurança de todos.

Certo dia, Leonard estava com presa e decidiu utilizar o antigo corredor - ainda em obras e com todas as sinalizações pertinentes - para ir comprar um café no refeitório. Ao passar pelo corredor em obras, Leonard esbarrou em um dos pilares provisórios que estava sustentando o teto e uma das vigas acabou caindo em sua cabeça, levando a escoriações de ordem grave.

Devido ao ocorrido, Leonard decidiu em fevereiro de 2020 ingressar com ação indenizatória contra a Universidade Federal Saber. Com base nesses fatos, responda aos questionamentos a seguir.

- a) Ocorrerá a prescrição no caso concreto?
- b) A universidade deverá ser condenada ao pagamento de indenização a Leonard?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

A empresa de engenharia Concretizando S.A foi contratada por meio de procedimento licitatório para efetuar uma obra de ampliação em escola de ensino básico do Município Boa Esperança. Em decorrência do atraso de cinquenta dias na entrega da obra, a prefeitura designou fiscal para encontrar meios de garantir o cumprimento do contrato em tempo hábil do retorno das aulas municipais.

Questionada pelo fiscal, a empresa Concretizando S.A esclareceu que a obra havia atrasado porque o engenheiro executor foi substituído, contudo, o novo engenheiro não tinha a experiência necessária para a execução da obra em questão.

Para dar segmento à obra, a contratada solicitou que a prefeitura aceitasse a justificativa apresentada pelo atraso na execução e que fossem perdoadas as multas anteriormente aplicadas em razão do não cumprimento do cronograma, sob a condição de que a obra seria entregue em novo prazo a ser estipulado pela administração.

Sobre a hipótese, responda aos itens a seguir.

- a) O Município deverá aceitar a justificativa apresentada pela empresa contratada?
- b) É possível o perdão das multas anteriormente aplicadas em razão do não cumprimento do cronograma?



Estratégia
Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Bert, médico cardiologista, foi aprovado e nomeado no concurso público de médico-perito do Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Pasadena.

Quatro anos depois da posse, Bert foi diagnosticado com grave restrição visual e acabou padecendo de cegueira em seu olho direito, mas continuou trabalhando normalmente.

Um ano depois, o Hospital Estadual localizado em Pasadena abriu concurso para o cargo de médico e Bert, interessado no concurso, solicitou inscrição para vagas reservadas a candidatos com deficiência, enviando à comissão organizadora laudo médico que atestava ser portador de visão monocular.

O requerimento foi indeferido, segundo a Comissão, o portador de visão monocular não tem direito de concorrer às vagas reservadas aos deficientes.

Diante da situação hipotética, responda:

- a) Bert poderá acumular os dois cargos de médico? Justifique.
- b) A decisão que indeferiu o requerimento de Bert para concorrer às vagas reservadas a candidatos com deficiência é correta do ponto de vista jurídico? Justifique.



Estratégia

Carreira Jurídica

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

O Governador do Estado X autorizou a realização da compra, com dispensa de licitação, de cem respiradores para auxiliar no combate ao covid-19. Após a formalização da compra e diante da demora na entrega dos respiradores, o Ministério Público iniciou uma investigação.

Posteriormente, foram constatados fortes indícios de improbidade administrativa por parte do Governador, bem como um rombo nos cofres públicos de cerca de 33 milhões de reais. Diante disto, foi instaurada ação civil pública fundamentada em ato de improbidade administrativa e instaurada tomada de contas especial no âmbito do Tribunal de Contas para apurar irregularidades e o débito.

Em ambos os procedimentos, sustentou-se que houve o enriquecimento ilícito do Governador e dano ao erário.

Na defesa apresentada, o Governador informou que não ocorreu o dano ao erário, o que afastaria, conseqüentemente, a imputação de enriquecimento ilícito. Quanto à tomada de contas administrativa, em defesa, o Governador alegou que não poderia ser condenado em ambos os procedimentos, razão pela qual estaria configurado o *bis in idem* caso se estabelecesse dupla condenação de ressarcimento ao erário no procedimento administrativo e na ação civil pública.

Com base nos fatos narrados, responda os itens a seguir.

- a) Existe a possibilidade de condenação do Governador do Estado X por ato de improbidade que gerou enriquecimento ilícito, ainda que comprovada a inexistência de dano ao erário? Justifique
- b) É possível que o Governador responda por ato de improbidade, ainda que seja absolvido no âmbito do Tribunal de Contas?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	